

7º CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

QUESTÕES DA PRIMEIRA PROVA ESCRITA

1ª QUESTÃO:

Tendo em vista o regime constitucional pertinente à responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público, indaga-se: (a) a responsabilidade pode ser excluída ou atenuada quando a causa do dano decorre de ação da vítima? (b) A vítima pode ajuizar ação indenizatória diretamente em face do agente do Poder Público que atuou com dolo ou culpa? Justifique a resposta.

2ª QUESTÃO:

Configura ofensa ao princípio da irretroatividade das leis a aplicação com efeitos pretéritos de lei nova mais benéfica, assecuratória de cômputo, como de efetivo serviço, de tempo de afastamento de servidor, correspondente a período no qual inexistia previsão legal para tanto? Fundamente a resposta.

3ª QUESTÃO:

Considerando a instituição de contribuição social por via de medida provisória sucessivamente reeditada, e depois convalidada em lei, indaga-se se o termo a quo do prazo de anterioridade mitigada previsto no art. 195, parágrafo 6º, da Constituição Federal coincide com a data da primitiva edição da medida provisória instituidora ou, diversamente, com a data da edição da última medida provisória que tenha sido convertida em lei. Justifique a resposta.

4ª QUESTÃO:

Tendo em vista direitos fundamentais do contribuinte, comente a exigência legal de depósito prévio de parcela de débito tributário como requisito de procedibilidade de recurso administrativo-fiscal, indicando a jurisprudência vigorante no Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

5ª QUESTÃO:

É admissível a arguição de descumprimento de preceito fundamental tendo por escopo questionar a constitucionalidade de veto a projeto de lei aposto por Chefe do Poder Executivo? Justifique a resposta de acordo com a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.

6ª QUESTÃO:

Queira distinguir os requisitos constitucionais de cabimento atinentes ao mandado de segurança e à ação popular, tendo em vista o enunciado da Súmula 101 do Supremo Tribunal Federal .

7ª QUESTÃO:

Conceitue inconstitucionalidade formal ou adjetiva, formulando um exemplo corrente no exercício do poder constituinte derivado ou reformador.

8ª QUESTÃO:

Os créditos de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública comportam execução forçada ou sujeitam-se ao regime de liquidação por precatório? Justifique a resposta à luz da disposição constitucional pertinente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

9ª QUESTÃO:

É cabível ação popular promovida contra decisão de natureza jurisdicional proferida por órgão do Poder Judiciário? O erro Judiciário é indenizável no Direito brasileiro? Justifique a resposta.

10ª QUESTÃO:

Tendo em vista a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal, indique os requisitos competenciais, formais e substantivos para decretação da quebra do sigilo bancário. A efetivação de penhora de bens do devedor por parte da Fazenda Pública é causa justificativa da quebra do sigilo bancário? Justifique a resposta.

11ª QUESTÃO:

Seja o Ato Administrativo discricionário ou vinculado, qual a condição primeira de sua validade?

12ª QUESTÃO:

Sabe-se que a responsabilidade administrativa é a que resulta da violação de normas internas da Administração pelo servidor. A falta funcional gera o ilícito administrativo, e dá ensejo à aplicação de pena disciplinar, pelo superior hierárquico, no devido processo legal. Pergunta-se: a punição administrativa ou disciplinar depende de processo civil ou criminal a que se sujeite também o funcionário pela mesma falta?

13ª QUESTÃO:

A exceção de contrato não cumprido pode ser aplicada aos contratos administrativos quando a falta é da Administração?

14ª QUESTÃO:

Qual a diferença entre o ato administrativo vinculado e o discricionário para o efeito do seu controle jurisdicional?

15ª QUESTÃO:

As licitações para execução de obras e para prestação de serviços, como é sabido, obedecem rigorosos procedimentos embasados em expressa determinação legal. Pergunta-se : em que hipótese é vedada a realização de licitação?

16ª QUESTÃO:

Na extinção da concessão do serviço público concedido, como se dá a reversão ao concedente?

17ª QUESTÃO:

Diferencie contrato de concessão de serviço público do de concessão de obra pública e do de concessão de uso de bem público.

18ª QUESTÃO:

Segundo o art. 16 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social na condição de dependente do segurado:

I – O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.

Pergunta-se: em caso de separação dos cônjuges, seja judicial ou de fato, bem como de divórcio, aquele que antes da referida separação fora dependente do segurado manterá esta qualidade?

19ª QUESTÃO:

Quais as prestações pecuniárias da Previdência que independem de carência para sua concessão? Indique a fonte legislativa.

20ª QUESTÃO:

É sabido que a renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição, ressalvado o disposto no art. 46 da Lei 9.876/99. Pergunta-se: em que hipótese o valor da prestação previdenciária é a remuneração integral do segurado? Indique a fonte legislativa.

21ª QUESTÃO:

O crime previsto no art. 1º da Lei 8.137/90 é material ou formal? Justifique.

22ª QUESTÃO:

Em relação à "criminalidade de bagatela", é dito que tem como aspectos distintivos a escassa reprovabilidade e a ofensa a bem jurídico de menor relevância. O que significam, do ponto de vista doutrinário e jurisprudencial, essas duas expressões ?

23ª QUESTÃO:

É possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa nos chamados crimes hediondos? Justifique.

24ª QUESTÃO:

Durante a fase de inquérito policial, eventual divergência entre órgãos do Ministério Público, que oficiam em Varas Criminais diversas, surgidas nos autos acerca da efetivação do ato de acusar, configura conflito de competência ou conflito de atribuições? Por que?

25ª QUESTÃO:

Apelo interposto pela Defensoria Pública, contra a vontade expressa do réu, que concordou com a sentença condenatória, manifestando o desejo de não recorrer, deve ser conhecido? Por que ?

26ª QUESTÃO:

Qual a orientação do STF sobre o conhecimento de petição de impetração de habeas corpus transmitida através de reprodução fac-similar?

27ª QUESTÃO:

O crime de tráfico internacional de entorpecentes, com uso de avião da Força Aérea Brasileira, é de competência da justiça Comum Estadual, da Justiça Comum Federal ou da Justiça Militar? Justifique.

28ª QUESTÃO:

Todas as gravantes genéricas, listadas no art. 15, II, da Lei 9.605/98, se aplicam aos crimes praticados contra os ecossistemas florestais ou contra exemplares da flora? Por que?

29ª QUESTÃO:

Em que consiste a cláusula constitucional de reserva de jurisdição? Aponte duas matérias em que ocorre sua incidência.

30ª QUESTÃO:

O Supremo Tribunal Federal, juízo do controle da legalidade da extradição pode autorizá-la em caso de possibilidade de condenação à prisão perpétua? Justifique?

31ª QUESTÃO:

Qual o regime jurídico da tributação do ouro?

32ª QUESTÃO:

Dê um exemplo de modificação de base de cálculo de imposto, mediante decreto, que não seja considerado pela jurisprudência como ofensa ao princípio da legalidade.

33ª QUESTÃO:

Pode lei federal, para fins de cobrança do IPTU, definir o que seja "zona urbana"? (justifique a resposta).

34ª QUESTÃO:

Dê um exemplo de estabelecimento equiparado a industrial.

35ª QUESTÃO:

O que caracteriza o regime de tributação pelo lucro presumido?

36ª QUESTÃO:

Como se tributa mercadoria importada com aplicação de alíquota específica?

37ª QUESTÃO:

O que significa a expressão "serviço da dívida" no contexto do orçamento público?

38ª QUESTÃO:

O que significa " tirania legislativa" no pensamento do espanhol JOSÉ PUIG BRUTAU?

39ª QUESTÃO:

O que distinguia na Idade Média as "redevances" (contribuições feudais) do sistema de corvéia?

40ª QUESTÃO:

Como são freqüentemente identificados os "global players"(jogadores globais)?

41ª QUESTÃO:

Qual o limite máximo para a cláusula penal? A nulidade da obrigação afeta a cláusula penal de que modo? Indique os dispositivos legais que justificam a sua resposta.

42ª QUESTÃO:

Qual o conceito legal de obras intelectuais protegidas? Indique o dispositivo legal que justifica a sua resposta.

43ª QUESTÃO:

É lícito a um jornal reproduzir integralmente um discurso pronunciado em reunião pública? Se o fizer, estará violando direitos autorais? Indique os dispositivos legais que fundamentam sua resposta.

44ª QUESTÃO:

João é condômino de um imóvel também pertencente a Francisco e Joaquim. Necessita João do consentimento dos demais condôminos para ajuizar ação reivindicatória em face de Pedro? Indique o dispositivo legal que fundamenta a sua resposta.

45ª QUESTÃO:

Na hipótese de homicídio por ato doloso ou culposos, a indenização abrange que verbas? Indique o dispositivo legal que fundamenta a sua resposta.

46ª QUESTÃO:

Quais os requisitos objetivos para se aferir a legitimação ativa das associações para a propositura da ação civil pública? Há possibilidade de dispensa de algum desses requisitos? Indique os dispositivos legais pertinentes.

47ª QUESTÃO:

Qual é o Tribunal competente para julgar conflito de competência entre Juízo federal de Niterói e Juízo estadual de São Gonçalo, no exercício de competência federal? E entre juízo federal de Petrópolis e juízo federal de Belo Horizonte? Indique os dispositivos legais que fundamentam a sua resposta.

48ª QUESTÃO:

O princípio da motivação das decisões judiciais tem sede constitucional? Indique o dispositivo constitucional que justifica a sua resposta.

49ª QUESTÃO:

Poderá o juiz deprecado negar cumprimento à carta precatória? Indique o dispositivo legal que justifica a sua resposta.

50ª QUESTÃO:

Como deve proceder o juiz no caso de ser arrolado como testemunha um surdo-mudo? Indique o dispositivo legal que fundamenta a sua resposta.

QUESTÕES DA 2ª PROVA ESCRITA

1ª QUESTÃO:

Tertuliana Pascoal, advogada, foi condenada, com base na prova dos autos, pelo Tribunal Regional Federal, em ação penal originária, em virtude de figurar, como co-réu no processo, um Juiz Federal. Invocando o princípio do duplo grau de jurisdição como garantia constitucional, Tertuliana interpôs recurso inominado, com "força de apelação, para o Superior Tribunal de Justiça. Examinando a estrutura e o alcance do referido princípio, à luz da Constituição Federal, do Pacto de São José da Costa Rica e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, disserte sobre o tema.

2ª QUESTÃO:

Discorra sobre regra de competência e o princípio da finalidade em face do administrador.

3ª QUESTÃO:

Discorra sobre direitos humanos e tributação nas constituições brasileiras.

4ª QUESTÃO:

Elabore a sentença, dispensado o relatório:

Tibúrcio Quaresma, brasileiro, casado, domiciliado no Brasil, na qualidade de proprietário e locador, celebra com Estado estrangeiro, este na qualidade de locatário, contrato de locação de imóvel situado na Capital do Rio de Janeiro, destinando-se a locação a sediar escritório de repartição consular. Tendo sido inadimplida a obrigação de pagamento de aluguéis mensais, o locador ajuizou, perante o Órgão da Justiça Federal de 1ª Instância, ação de despejo cumulada com a cobrança do débito de aluguéis e acessórios da locação. Julgue a hipótese litigiosa, analisando diretamente a questão da competência judicial e, sobretudo, da imunidade de jurisdição e da imunidade de execução, justificando a resposta à luz das normas constitucionais, infraconstitucionais e internacionais aplicáveis, bem como da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.